



## O MERCADO DE TRABALHO NO BRASIL E NO NORDESTE EM TEMPOS DE CRISE CAPITALISTA: a reconfiguração das ocupações e a informalidade em relação combinada

Franciclécia de Sousa Barreto Silva <sup>1</sup>

### RESUMO:

O trabalho discute, de forma sucinta, a nova dinâmica apresentada pelo mercado de trabalho no Brasil e no Nordeste em tempos de crise capitalista. Intenta dar curso à complexa análise de um movimento que tem sido interpretado como fruto de uma condução político-ideológica estratégica e reveladora de um “novo-desenvolvimentismo”. Tal apresentação se torna pertinente para inquirirmos as determinações postas, numa tentativa de demonstrar o que é velho e o que é novo neste cenário recente. Com efeito, o quadro mudou a realidade não está inerte mesmo que os efeitos destas mudanças tenham revelado “consenso” e não perspectivas de superação da ordem.

**Palavras-Chave:** Mercado de Trabalho. Emprego. Informalidade.

### ABSTRACT

The paper discusses, briefly, the new dynamics presented by the labor market in Brazil and the Northeast. Intends to travel to the complex analysis of a movement that has been interpreted as the result of a political and ideological driving strategic and revealing a "new developmentalism". This presentation becomes pertinent to inquire determinations made in an attempt to demonstrate what is old and what is new in this recent scenario. Indeed, the picture changed the reality is not inert even though the effects of these changes have proven "consensus" and no prospects of overcoming the order.

**Keywords:** Labor Market. Employment. Informality.

---

<sup>1</sup> Mestre. Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). E-mail: cleziasb@yahoo.com.br



## 1 INTRODUÇÃO

A condução político-ideológica do Brasil, no início do século XXI está sendo analisada por pesquisadores e especialistas da realidade brasileira como estratégia reveladora de um “novo-desenvolvimentismo”. Não é difícil entender essas análises, tendo em vista que a política do governo Lula foi traçada visando ações que aliassem crescimento econômico e desenvolvimento social. Na sua agenda está explícita a tentativa de restabelecer as bases salariais, ampliar e formalizar o emprego, combater a pobreza, dentre outras. Para Mota (2010, p. 19), poder-se-ia defender esse projeto, pelo menos em tese, já que seus aspectos, na aparência, “rechaçam medidas neoliberais”.

Nesse início do século XXI, as ações voltadas para o mercado de trabalho brasileiro – ponto específico de nossa análise – buscam dar formas a um movimento diverso daquele vivenciado na última década do século passado (1990), cuja característica mais evidente era a própria crise do emprego, com altos índices de desemprego e baixa qualidade das ocupações.

Convém ressaltar que apresentar esse novo movimento, apenas nos permitirá caracterizar o comportamento desse mercado, a tendência apresentada pelos dados estatísticos, não sendo possível apreender em termos quantitativos, por exemplo, a totalidade da formalização ou informalidade no espaço como um todo. Mas, intentamos dar curso à complexa análise demandada pelo atual momento histórico, pelas transformações mais recentes. É importante essa apresentação para nos inquirirmos as determinações postas, numa tentativa de demonstrar o que é velho e o que é novo neste cenário mais recente. Com efeito, o quadro mudou a realidade não está inerte mesmo que os efeitos destas mudanças tenham revelado “consenso” e não perspectivas de superação da ordem.

## 2 MERCADO DE TRABALHO: contextualizando o movimento recente

Com a desvalorização cambial em 1999, o mercado de trabalho brasileiro vivenciava novo quadro. Há, a partir de então, uma interrupção na trajetória de queda na geração de empregos formais, paralisando um pouco, as teses persistentes de *inempregabilidade* empreendida no âmbito da literatura sobre o tema nesse período. A ampliação da oferta de novos postos de trabalho deveu-se tanto ao aumento do preço do



dólar, como à positiva expansão do saldo comercial, que embora tenha sido seguido por baixa expansão da produção nacional, permitiu a recuperação do nível geral de emprego.

Pochmann (2008, p. 72), por sua vez, faz referência ao desempenho do setor industrial e ao setor terciário, como protagonistas da expansão do segmento organizado<sup>2</sup> do mercado de trabalho no Brasil, a partir desse período. O setor terciário, embora não tenha registrado o desempenho de períodos anteriores, quando respondia pela quase totalidade dos postos urbanos gerados, ainda responde por duas, de três vagas abertas no setor organizado urbano. Todavia, cabe ressaltar que a ampliação do emprego ocorre em maior nível nos serviços domésticos remunerados, nos trabalhadores por conta própria e no grupo de empregadores não agrícolas; estes últimos, decorrentes da proliferação de pequenas e médias empresas, como explicam Baltar, Krein e Moretto (2006).

Após uma década de decréscimo do emprego com carteira assinada, verificamos a ampliação quantitativa dos postos de trabalho formais. A taxa de desemprego segue uma tendência de queda, mais expressivamente após 2006, quando cai de 9,4%, em 2005 para 8,5%, em 2006, sequenciada em 2007, por 8,3%, e em 2008 (7,2%), mesmo que esta ganhe novo fôlego, em 2009 (8,4%). Em 2010, a taxa volta a cair, fechando em 6,7%, segundo a Pesquisa Mensal de Emprego/IBGE. (2011). Diante dessa realidade, sair da casa dos 9% foi significativo, mas essas pequenas oscilações, além de outros elementos, têm influência no quadro geral do mercado de trabalho, como por exemplo, o crescimento da PEA que pressiona constantemente o mercado por vagas e a própria qualidade das ocupações. Logicamente, se contrastarmos o Brasil de 1990 com o de 2010, é perfeitamente possível visualizar a existência de uma nova dinâmica, em que “[...] a economia nacional transitou da queda acumulada de mais de 1 milhão de empregos formais, para o desempenho do mercado de trabalho extremamente dinâmico, com a geração de quase 6% do total de 45 milhões[...]” (POCHMANN, 2010, p. 42). No entanto, devemos ponderar: o aumento da formalização do trabalho não promoveu grandes alterações na estrutura ocupacional brasileira. Principalmente, considerando as possíveis oscilações existentes, com o aumento do desemprego, em 2009, associado a dois fatores: o aumento de pessoas à procura de emprego e a redução da capacidade de geração de emprego, expressa pelo menor crescimento da população ocupada, mesmo com sinais de crescimento em anos posteriores.

---

<sup>2</sup> Pochmann (2002, p.65) compreende como segmento organizado, “os postos de trabalho mais homogêneos, gerados por empresas tipicamente capitalistas, fundamentalmente os empregos regulares assalariados”.



Ademais, não podemos esquecer que o nosso país carrega uma herança de um mercado de trabalho estruturado sem “romper com as características de uma economia de baixos salários, com trabalho informal e elevada rotatividade do emprego” (POCHMANN, 2008, p. 200). Tal afirmação se sustenta na análise do peso que ainda comportam as ocupações informais em nosso país. Ademais, a existência hoje dessas ocupações é fruto de uma tendência de o capital fazer uso de novas formas de trabalho, associadas às já existentes, que têm por fim, disfarçar a lógica de exploração operante a partir da denominada acumulação flexível.

No nível mesmo da grande mídia já se evidencia o desafio da economia brasileira frente à criação de postos de trabalho que tem permitido absorver a PEA ingressante. Reportagem do jornal Estadão (09 de novembro de 2010) noticia: “A economia brasileira terá de criar a cada ano pelo menos 1,5 milhão de empregos extras até 2020 apenas para absorver a mão de obra que se tornará população economicamente ativa do País”. Na concepção de Pochmann (2010, p. 43), há um esforço em vencer esse saldo existente, quando somente no período de 2008-2010, no governo Lula, ocorreu a geração de 7,5 milhões de novas ocupações. (OIT *apud* ESTADÃO, 2010).

Na atualidade, no que concerne ao mercado de trabalho, as ações governamentais se voltam a alimentar a expansão dos trabalhos por conta própria e pequenos negócios, quando propõe e subsidia a reprodução dessas atividades. A criação do programa *Microempreendedor Individual*, constitui exemplo claro. Trata-se de um programa governamental que se destina a inúmeras categorias e negócios de baixo valor agregado, a exemplo dos camelôs, ambulantes, engraxates, etc. No discurso oficial, estes deixam de desenvolver uma atividade em extinção, e passam a ter uma ocupação, agora *reconhecida*. Apesar do acesso a alguns direitos, como contrapartida da contribuição previdenciária, as condições de trabalho não são alteradas, muitas destas atividades cumprem ainda a função de extensão da fábrica, se reproduzindo precariamente. Esses questionamentos se fazem pertinentes considerando a heterogeneidade ocupacional, característica permanente de nosso mercado de trabalho, cuja especialidade é ainda ocupar significativa parcela da população na condição de trabalhador “por conta própria” e sem carteira assinada, configurando a reprodução constante da informalidade no mercado de trabalho brasileiro.



Segundo o IPEA (2011, p. 7), o processo de formalização tem ocorrido muito mais como resultado dos favoráveis saldos de postos de trabalho com carteira assinada e de funcionários públicos, do que mesmo, com a redução das ocupações denominadas informais. Aliás, somente a partir de 2006, observa-se uma queda dos postos informais, da ordem de 250 mil, nos moldes estatísticos considerados<sup>3</sup>. No entanto, apesar ter sido registrada tendência de queda nas ocupações informais, estas, em 2009, ainda respondem pela ocupação de 51,5% da PEA. No nosso entendimento, a posição assumida pelos postos informais, diante do aumento da ocupação formal, pode ser explicada da seguinte maneira: a quantidade de postos formais gerados se deu em número insuficiente para absorver toda a PEA existente. Também não representa regra no âmbito do mercado de trabalho que a oferta de postos formais repercuta na queda dos informais nas mesmas proporções. Um segundo ponto a considerar seria, aqui, a reafirmação de que determinadas modalidades de trabalho informal pela flexibilidade que incorporam, vem demonstrando ser alternativa adequada à reprodução do capital, não tendem a desaparecer, mas se reproduzem em setores importantes para a acumulação capitalista.

Quando analisamos o total de formalizados por região, notamos que o Sudeste apresenta nível menos significativo de aumento na proporção dos postos formais (aumento de apenas 14%), se comparado às demais regiões, apesar desta região, em 2009, ainda apresentar número de formalizados superior a 50% dos ocupados (IPEA, 2011, 7-8). Nesse ponto, as regiões Norte e Nordeste se destacam por apresentarem maior aumento na proporção de postos formais, acréscimo de 27,4% e 24,6%, respectivamente (IPEA, 2011, p. 7-8).

Mesmo tendo sido observado aumento de formalizações na região Nordeste, esta continua sendo a região menos formalizada. A análise dos dados existentes já nos permite afirmar ser ainda a região Nordeste, o *nicho* da informalidade. A constatação está no fato de que ainda é expressivo o número de desocupados desta região; em 2009, os índices eram superiores à média nacional (8,4%). Nesse sentido, ganham destaque: Pernambuco (12,1%); Sergipe (11,4%); Alagoas (10,0%); Rio Grande do Norte (9,9%) e Bahia (9,3%). (IBGE/PNAD, 2009). No Rio Grande Norte, em específico, o número de desocupados, se

---

<sup>3</sup> É importante ressaltar que o estudo do IPEA parte da análise dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/IBGE) em que: “entende-se por **trabalhadores formalizados** aqueles que apresentam vínculo evidente de contrato de trabalho, ou seja, os funcionários públicos estatutários, militares e trabalhadores com carteira assinada; entende-se por **trabalhadores não-formalizados** os sem evidência direta de contrato ainda que este possa ser verificado, como no caso da prestação de serviços. (IPEA, 2011, p. 2-3)



associa ao baixo saldo (diferença entre admissões e demissões) de empregos formais acumulados durante todo o ano de 2009, o pior dos últimos cinco anos, afirma o SEBRAE (2011b), embasado nos dados do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE/CAGED. Dados de janeiro a setembro de 2011 demonstram desligamentos que se mostram superiores às admissões, no *quantum* de 423 postos de trabalho.

O aumento de formalizações no Nordeste se associa, principalmente, aos movimentos decorrentes da reestruturação capitalista, com o capital fragmentando-se para reproduzir-se em territórios diversificados. Citamos aqui como exemplo, o Complexo Industrial de Suape, em Pernambuco. Somente o Estaleiro Atlântico Sul abriu uma quantidade de vagas para cidades como Ipojuca, em Pernambuco, equivalente a 15% da população local, considerando que, hoje, a cidade tem 70 mil habitantes, segundo o Censo de 2010. Soma-se a esta, a refinaria instalada no município de Abreu e Lima, ambas responsáveis pela geração de cerca de 20 mil empregos locais. (TRABALHO, 2010, p. 14). A instalação do Complexo Suape, em Pernambuco, relatado aqui, no âmbito da expansão da ocupação, representa a lógica empreendida pelo capital em solo brasileiro, expressa pela concentração de focos de dinamismo, já que não se pode visualizar essa realidade de expansão das ocupações no todo da região Nordeste. Muitas outras cidades são relegadas à extrema pobreza, à dependência de recursos diretos do Governo Federal.

Quando observamos o número de ocupados por regiões, com destaque para contribuição previdenciária, a precariedade ocupacional é ainda mais evidente: ora, mais de 40% dos trabalhadores no Brasil trabalham sem ter garantidos os seus direitos mínimos. No caso do Nordeste, essa situação é ainda mais crítica. Mesmo que tenha sido registrado acréscimo de contribuintes de 2008 para 2009, mais 60% dos ocupados ainda se encontram em ocupações desprotegidas. (IBGE/PNAD, 2009).

Os dados apresentados evidenciam o elevado nível de desproteção social dos ocupados no Nordeste. Estes trabalhadores estão envolvidos em atividades informais, sem qualquer garantia de direitos. No Rio Grande do Norte, por exemplo, “[...] o emprego doméstico cresceu 12,63% em 2009. Do total de 12 mil postos de trabalho criados, nove eram informais”, noticia o jornal Tribuna do Norte (2011). Segundo a mesma reportagem, “[...] atualmente existem 5,2 milhões de domésticas informais e 1,9 formais no Brasil”. Esta é a expressão de uma realidade dura que caracteriza o mercado de trabalho Potiguar e



Nordestino, perfeitamente associada à dinâmica mais geral brasileira. A saída para a sobrevivência de muitos trabalhadores, de um modo geral, no nosso país, tem sido inserirem-se em ocupações e/ou na execução de atividades à margem da legislação, sem qualquer proteção previdenciária, mesmo que mais recentemente tenha havido interesse do governo federal em rever este quadro de desproteção.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este pequeno esboço nos permitiu visualizar a atual dinâmica do mercado de trabalho brasileiro configurada sob-bases de uma nova conjuntura de reprodução capitalista, cujo *espaço geográfico* ganha particularidade inequívoca quando permite o espraiamento da lógica do capital. As fronteiras dos diversos territórios foram “alargadas”, portanto, para fins de valorização do capital. A flexibilidade permite ao capital se deslocar sem barreiras ou limites, procurando explorar força de trabalho e novos territórios quando e onde lhe aprouver. Como mesmo nos esclarece Harvey (2006, p. 52-53), a “[...] expansão geográfica e a concentração geográfica são ambas consideradas produtos do mesmo esforço de criar novas oportunidades para a acumulação capitalista”.

No núcleo dessa discussão, Tavares (2002b, p. 25) enfatiza a afirmativa de Pochmann, e cita: “O Nordeste vem se transformando no que Pochmann denomina de ‘grande feira mundial de concorrência pelos menores custos do trabalho’”. Essa afirmativa revela que, na prática, o capital circula e se instala no espaço físico propício a sua reprodução e à acumulação. Se o Nordeste, ou qualquer outra região, oferece vantagens na oferta de mão de obra barata, o que reduz os custos empresariais, é nela que o capital instalará os mecanismos técnicos e de infraestrutura necessários a sua reprodução. Ressaltamos que, a terceirização e a relação empresa-cooperativa<sup>4</sup>, têm sido utilizadas pelo capital como experiência bem sucedida da expansão, nessa região, dos processos flexibilizantes.

Nestes termos, corroboramos com Tavares para a qual (2002b, p. 25) “[...] só é possível pensar a questão social no Nordeste se formos capazes de compreender as particularidades dessa região e o modo como a mesma se insere na economia globalizada”.

---

<sup>4</sup> Tavares (2002b, p. 26) exemplifica a égide da flexibilização e sua invasão no espaço nordestino, citando o caso no estado do Ceará, e a instauração da empresa Kao-lin, de um grupo empresarial de investidores de Taiwan. Segundo a autora, a referida empresa contrata apenas a mão de obra especializada, a exemplo de engenheiros, administradores, etc. A montagem das peças cabe à “subcontratação”, por meio das cooperativas.



Essa compreensão dos determinantes da questão social no Nordeste, fundada nas elaborações de Tavares, nos permite reafirmar que essa região não foge às determinações gerais vistas em nível nacional. Nossa classe trabalhadora sofre – independente de região – as agruras do desemprego, subemprego, com exploração de toda ordem. Uma particularidade: no Nordeste esta situação é agravada pelos condicionantes do desenvolvimento desigual brasileiro. Com efeito, as atuais condições e relações de trabalho, no Brasil, de um modo geral, têm incitado constantemente o crescimento das práticas informais, as quais passam a servir de peça fundamental e condição de ocupação considerável da força de trabalho ativa.

## REFERÊNCIAS

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. 2. ed. São Paulo: Annablume, 2006.

**INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE**. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio. 2009. Disponível em: [www.ibge.gov.br/home/.../pnad2009/pnad\\_sintese\\_2009.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/.../pnad2009/pnad_sintese_2009.pdf). Acesso em: 10 de mai. de 2011.

\_\_\_\_\_. Pesquisa Mensal de Emprego. 2011. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/imprensa/ppts/0000000398.pdf>. Acesso em: 10 de mai. de 2011.

**INSTITUTO DE PESQUISA ECONOMICA APLICADA – IPEA**. **PNAD 2009: Primeiras Análises - Distribuição de Renda entre 1995 e 2009**. Brasília, 2010. [Comunicado nº 63]. Disponível em: [http://agencia.ipea.gov.br/images/stories/PDFs/comunicado/101005\\_comunicadoipea63.pdf](http://agencia.ipea.gov.br/images/stories/PDFs/comunicado/101005_comunicadoipea63.pdf). Acesso em 18 de mai. 2011.

MOTA, A. E. Redução da pobreza e aumento da desigualdade: um desafio teórico-político ao serviço social brasileiro. In: \_\_\_\_\_; (Org.). **As ideologias da contrarreforma e o serviço social**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2010, p.13-34.

POCHMANN, M. A desestruturação do mercado de trabalho brasileiro. IN: \_\_\_\_\_. **O trabalho sob fogo cruzado**. São Paulo: Contexto, 2002.

\_\_\_\_\_. **O emprego no desenvolvimento da nação**. São Paulo: Boitempo, 2008.

\_\_\_\_\_. **Desenvolvimento, trabalho e renda no Brasil**: avanços recentes no emprego e na distribuição dos rendimentos. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2010. 104 p. [Brasil em debate: v.2].

**SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS – SEBRAE**, 2011. Disponível em: <http://www.mpedata.com.br/Paginas/mpeinternet.aspx>. Acesso em 21 de Fer. 2011a.



**TRABALHO.** Nos extremos do Brasil. MET: Out/Nov./Dez, 2010. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/revista/edicao8/revista.pdf>. Acesso em: 29 de mai. 2011.

TAVARES, M. A. A questão social e suas expressões no Nordeste. In: **Serviço Social:** temas e debates. EDUFAL, 2002b. p. 19-31.

**TRIBUNA DO NORTE.** Informalidade impera no trabalho “doméstico”. 2011. Disponível em: <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/informalidade-impera-no-trabalho-domestico/179599>. Acesso em: 01 de jun. 2011